

## EDITORIAL

### *Caminhos plurais da pesquisa e do Ensino de História*

#### *Plural Paths of History Research and Teaching*

Uma mirada histórica sobre o Ensino de História revela que tanto sua prática escolar regular quanto as propostas oficiais ou não para sua efetivação, assim como o campo de pesquisas que se forjou em torno dele, são marcados por uma grande diversidade de iniciativas, de espaços, de sujeitos, envolvendo muitas polêmicas, contradições e disputas em torno da memória social. Espaço fértil e polêmico de debate e uma de suas dimensões, a pesquisa sobre o Ensino de História tem sido enriquecida por iniciativas de vários coletivos, articulados ou não em grupos de pesquisas, que trazem novos temas e aportes teóricos e apresentam distintas abordagens metodológicas sobre variados problemas. As disputas no campo da pesquisa reivindicam até mesmo novos “paradigmas” teóricos que pretendem ultrapassar a terminologia que poderíamos chamar de “tradicional” do Ensino de História e suas vinculações teóricas ligadas à Pedagogia e à Psicologia. Nessa direção, por exemplo, temos as proposições da Didática da História e da Educação Histórica.

Seria a História Pública mais uma dessas iniciativas de questionamento e ampliação do campo teórico-epistemológico do Ensino de História? Um novo campo? Um movimento? Este número da *Revista História Hoje* nos traz importantes pistas sobre como podemos responder a essas perguntas. O Dossiê “Ensino de História e História Pública”, organizado pelos pesquisadores Miriam Hermeto (UFMG) e Rodrigo de Almeida Ferreira (UFF), cumpre com excelência e pioneirismo esse papel de fomentar as discussões acerca das relações e fronteiras entre o Ensino de História e os caminhos plurais da História Pública. Seu foco é a dimensão complexa da mediação didática, a análise e problematização do processo de produção, modos de difusão e circulação do conhecimento histórico entre variados públicos, e a produção de significados históricos. Sua aposta é no diálogo plural, nas permutas que extrapolam a

História acadêmica e buscam mobilizar múltiplos agentes para produzir narrativas e significações históricas legítimas. A sala de aula de História, nessa perspectiva, é um espaço-momento de contatos e interfaces entre múltiplos conhecimentos. O Dossiê apresenta um rico repertório de temas e reflexões que o leitor poderá avaliar para deles tirar proveito. Enriquece a pluralidade de questões que atravessam o campo da pesquisa e das práticas de Ensino de História, somando-se às discussões produzidas em dossiês anteriores.

Neste número também apresentamos dois artigos avulsos. A professora Libânia Nacif Xavier, professora Titular da Faculdade de Educação da UFRJ, apresenta o texto intitulado “Rubim Santos Leão de Aquino (1929-2013): ensino e militância política na trajetória de um professor de História”. O artigo apresenta resultado de pesquisa no arquivo do professor Rubim Aquino, entendendo seu percurso profissional como modelar da trajetória de outros professores de sua geração que, segundo a autora, compartilhavam uma estrutura de sentimento comum que “os aproximaria de uma brasilidade romântico-revolucionária”. O texto revela como podem ser profícuas as investigações sobre trajetórias biográficas de docentes por meio do exame acurado dos registros de suas atividades. A autora descortina com essa análise as negociações entre diferentes modos de exercer o seu trabalho de mediação cultural e as redes de sociabilidade política e intelectual que o constituíram – a seu modo – como professor, historiador e militante. O artigo contribui para estimular um importante campo de investigações que coloca os professores como intelectuais, e suas atuações como foco central dos estudos.

O segundo artigo avulso é de autoria da professora Lucília Siqueira, docente da Unifesp, e tem como título “Educação Patrimonial e Ensino de História nas áreas metropolitanas: reflexões com base na formação de professores de História em Guarulhos (SP)”. O artigo problematiza as relações entre o Ensino de História e as atividades educativas no campo do patrimônio cultural. Seu ponto de partida é a necessidade de “promover educação patrimonial para os grupos que vivem em áreas metropolitanas, em contextos culturais que não são particulares e tampouco estáveis, para os quais, portanto, não se pode trabalhar na perspectiva de identificação das referências culturais, de reconhecimento de uma memória comum”. Trata-se de uma reflexão situada na experiência concreta com a formação de professores de História em Guarulhos, na Grande São Paulo, e na demanda concreta com docência e a perspectiva de

trabalho com comunidades que atravessam contradições vivas de identidade cultural.

A seção “História Hoje na Sala de Aula” traz o artigo “Pensar o passado, narrar a História dos afrodescendentes na Bahia: recontando a vida de Maria Felipa de Oliveira no ensino fundamental”, de autoria de Carlos Eduardo Gomes Nascimento, da UFBA. O autor apresenta o projeto “Mídias digitais para pensar o passado e narrar a história dos afrodescendentes na Bahia”, cujo ponto de partida é uma indagação relacionada ao *e-book*: pode ele ser um recurso educativo de preservação da memória histórica dessa população? Seu questionamento é sobre a relação que se pode estabelecer entre o uso de mídias digitais na escola e o sentimento de pertença dos alunos à história e à cultura afrodescendentes. A prática didática trouxe a história de Maria Felipa de Oliveira, mulher negra e heroína da Independência do Brasil na Bahia, e propôs sua apropriação e recontagem pelos alunos, com a produção de um *e-book*. Segundo Nascimento, “pesquisando, narrando e compartilhando *on-line* a produção com outros alunos e leitores na internet, na plataforma digital LivrosDigitais.org, a história de Maria Felipa de Oliveira foi ressignificada no presente pelos alunos e pelo professor”.

A seção “Falando de História Hoje” traz um instigante artigo do professor Marco Antônio Machado Lima Pereira, intitulado “‘Carta à Mãe África’: desafios e possibilidades no ensino de história da África e da cultura afro-brasileira”. Suas reflexões ancoram-se nas constantes discussões e processos de produção/reelaboração do conhecimento histórico que têm ocorrido no âmbito acadêmico e escolar desde a implantação da Lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras. O autor compartilha algumas experiências pedagógicas produzidas em sala de aula sobre a temática. Mas, principalmente, busca refletir sobre o processo de implantação da lei que tem permitido problematizar – graças à atuação dos movimentos negros e antirracistas – o caráter eurocêntrico do ensino de história em nosso país.

Tais são os textos que compõem o atual número. Espero que seja uma resposta às demandas urgentes de nossa disciplina e aos enormes desafios que enfrenta nos ataques hostis de vários grupos conservadores. Vivemos tempos de negacionismos e revisionismos. Respondemos com boas práticas docentes em sala de aula, falando de História com temas sensíveis, discutindo Direitos

Humanos, problematizando o PNLD, e agora refletindo sobre as dimensões públicas da História. Com certeza, a censura, a perseguição e o medo não irão triunfar diante da capacidade de resistência de professores e formadores, engajados que estamos pelo Ensino de História.

Com esse espírito, aproveito este editorial para me despedir dos leitores e colegas. Agradeço aos companheiros e companheiras do Conselho Editorial da *RHHJ*. Agradeço, também, o apoio da Diretoria da entidade. Agora somos A3, certamente graças ao esforço coletivo dos autores, avaliadores, revisores e diagramadores que mantêm a qualidade editorial das publicações. A *RHHJ* pôde manter firme seu rumo discutindo temas relevantes e atuais. Os erros cometidos são deste editor, e o foram na busca humilde de acertar. A revista segue adiante com uma nova equipe. Desejamos a todos um ótimo trabalho à frente.

*Paulo Eduardo Dias de Mello*  
Editor  
Ponta Grossa, setembro de 2019